

CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS

BRUNO RIBEIRO TORMIM

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a contribuição para a formação
profissional e pessoal do indivíduo

Paracatu

2022

BRUNO RIBEIRO TORMIM

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a contribuição para a formação profissional e pessoal do indivíduo

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Centro Universitário UniAtenas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de Concentração: Gestão financeira.

Orientador: Prof. Esp. Jean Pablo Monteiro Silva.

Paracatu

2022

BRUNO RIBEIRO TORMIM

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a contribuição para a formação profissional e pessoal do indivíduo

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Centro Universitário UniAtenas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de Concentração: Gestão empresarial.

Orientador: Prof. Esp. Jean Pablo Monteiro Silva.

Banca Examinadora:

Paracatu – MG, 16 de dezembro de 2022.

Prof. Esp. Jean Pablo Monteiro Silva
Centro Universitário UniAtenas

Profa. Esp. Mayra Silva de Souza
Centro Universitário UniAtenas

Profa. Ma. Tamara de Oliveira Gonçalves
Centro Universitário UniAtenas

Dedico esse trabalho à minha família, que me apoiou muito a estudar e progredir, e mesmo diante das dificuldades sempre esteve presente para me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado resiliência e competência para superar os desafios pelos quais passei.

Agradeço à minha mãe, que sempre me incentivou a investir nos estudos para ser capaz de alcançar voos mais altos.

Agradeço ao meu pai, por ter sido sempre um grande exemplo em nossa casa e também um apoio para todas as horas.

Agradeço a meu irmão, por ser exemplo no campo dos estudos, sempre buscando mais conhecimento e me influenciando positivamente nesse quesito.

Agradeço aos professores que passaram pelos períodos de minha formação e que contribuíram para meu sucesso e crescimento.

RESUMO

O presente trabalho aborda o ensino de educação financeira e objetiva apontar a contribuição desse conhecimento e de suas ferramentas para a formação profissional e desenvolvimento pessoal dos indivíduos. Ele foi realizado através de pesquisas bibliográficas, com revisão de literatura com abordagem qualitativa e com propriedades exploratórias. Verificou-se através do estudo que os ensinamentos de educação financeira, principalmente quando ensinados na escola, contribuem para a formação de indivíduos com hábitos de consumo e gastos conscientes e responsáveis, permitindo a conquista de uma vida melhor. A pergunta de pesquisa foi respondida, os objetivos foram alcançados e as hipóteses foram confirmadas.

Palavras-chave: educação financeira. finanças. ENEF

ABSTRACT

This work addresses the teaching of Financial Education and the contribution of its tools to the professional training and personal development of individuals. It aims to justify the importance of Financial Education for the professional and personal formation of the individual. The work was carried out through bibliographic research, with a literature review with a qualitative approach and exploratory properties. It was verified through the study that the teachings of Financial Education, especially when taught at school, contribute to the formation of individuals with conscious and responsible habits of consumption and spending, allowing the achievement of a better life. The research question was answered, the objectives were achieved, and the hypotheses were confirmed.

Keywords: *Financial Education. Finance. ENEF.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RECURSOS

p. 23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA	11
1.2 HIPÓTESES	11
1.3 OBJETIVOS	11
1.3.1 OBJETIVO GERAL	11
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	11
1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO	12
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
2.1 IMPACTOS REFORÇANDO A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	15
2.2 A ORIGEM DA ENEF (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA)	17
2.3 DESCRIÇÃO DA LEI 7.318/2017 COMO SUPORTE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	18
2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA MATRIZ CURRICULAR NOS NÍVEIS FUNDAMENTAIS E MÉDIO	20
3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA FAVORÁVEIS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO PESSOAL	21
3.1 PRINCÍPIOS FINANCEIROS	21
3.2 FORMAS DE GERIR OS RECURSOS FINANCEIROS	22
3.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO, ORÇAMENTO DOMÉSTICO E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS	24
4 CONTRIBUIÇÃO DOS MÉTODOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL DO INDIVÍDUO	25
4.1 MÉTODOS E FERRAMENTAS DE APOIO FINANCEIRO	26
4.2 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA ESFERA PESSOAL E PROFISSIONAL	27
5 A EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO COMPONENTE CURRICULAR DE ACORDO COM A LEI N. 7318 DE 2017	28
5.1 EVOLUÇÃO TEMPORAL BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	28
5.2 COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	29
5.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO SOLUÇÃO PARA O INDIVÍDUO	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Saber gastar, guardar, aplicar ou investir dinheiro representa um grande problema para a maioria das pessoas. Controlar a receita da família pode se tornar um grande tormento quando não há equilíbrio entre entradas e gastos e/ou despesas. Desse modo, direta ou indiretamente, os pais sempre tentam mostrar aos seus filhos que não é possível gastar mais do que recebe ou comprar tudo o que quer (KYIOSAKI, 2017).

Através de uma política pública de 2010 denominada ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) e também da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), surge o conceito de educação financeira como:

o processo no qual os indivíduos melhoram a sua compreensão em relação ao dinheiro e produtos com informação, formação e orientação. Nesse sentido, geram-se os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos envolvidos. Para assim poderem fazer escolhas bem informadas (PRAVALER, 2020).

A origem do tema vem da necessidade que se tornou evidente desse tipo de ensino começar a ser praticado, após observado o prejuízo na vida das pessoas pelo fato do mesmo não ser. Problemas devido ao mau gerenciamento de recursos fazem parte da vida cotidiana do brasileiro (PRAVALER, 2020).

Nesse contexto, aprender a gerenciar o próprio dinheiro pode ser um diferencial para que um indivíduo alcance suas metas pessoais ou familiares mais tranquilamente. Assim, entende-se que a educação financeira deva ser iniciada bem cedo pela família e, logo em seguida, na escola, de acordo com a Lei nº 7.318 de 2017 que altera os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394/96, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a disciplina educação financeira na matriz curricular nacional nos níveis educacionais fundamental e médio (VILHENA, 2019).

E por fim é necessário o administrador conhecer sobre a educação financeira para o bom desenvolvimento da atividade administrativa, seja do ponto de vista pessoal, gerenciando melhor seu equilíbrio financeiro e seus investimentos, seja no exercício da atividade profissional, tendo em vista que a Educação Empreendedora é essencial para a organização de qualquer organização, empresa e atividade.

1.1 PROBLEMA

Quais métodos da educação financeira podem contribuir para a formação profissional e desenvolvimento pessoal do indivíduo?

1.2 HIPÓTESES

- a) acredita-se que ao aprender lidar com valores financeiros desde cedo, o indivíduo criará hábitos que poderão torná-lo um adulto consciente, responsável e próspero.
- b) estima-se que a educação financeira poderá fornecer ferramentas que auxiliarão o indivíduo na percepção da possibilidade de uma vida melhor através boa gestão e do planejamento financeiro pessoal.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Fundamentar a importância da educação financeira para a formação profissional e pessoal do indivíduo.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) conceituar a educação financeira, e levantar os impactos da falta desse conhecimento;
- b) explorar princípios financeiros e ferramentas úteis na lida com o dinheiro;
- c) apresentar a contribuição dos métodos da educação financeira na vida pessoal e profissional do indivíduo, bem como trazer o panorama da evolução da inserção desse conteúdo nas escolas do Brasil.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Esta proposta de pesquisa está fundamentada no Programa Educação

Financeira nas Escolas, uma das ramificações da Estratégia Nacional de Educação financeira – ENEF, formalizada pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, posta em prática no ano seguinte, com objetivo principal de auxiliar no desenvolvimento de práticas que facilitem a implantação de uma cultura baseada no planejamento financeiro, na previsão e prevenção, no hábito da poupança, do investimento e do consumo consciente (BRASIL, 2010).

Partindo da implantação deste programa, constata-se a importância atribuída ao ensino da educação financeira a partir da infância, equivalente aos primeiros anos da educação formal, de forma interdisciplinar às disciplinas curriculares estabelecidas. O que se espera com as contribuições da educação financeira é promover no indivíduo habilidades necessárias para se tornar um adulto capaz de lidar com suas finanças pessoais, alcançando uma vida mais estável.

É necessário implantar a consciência de que o dinheiro não pode ser gasto sem planejamento e disciplina; deve-se, antes, analisar as vantagens e desvantagens, organizando e controlando o que é gasto ou aplicado, até chegar no objetivo estabelecido, seja uma casa própria, veículo, viagem, aplicações, estudos ou o que quer que seja almejado (SOUZA, 2015).

É necessário promover o estímulo adequado, mostrando aos alunos como é importante pensar no futuro para que seja possível atingir seus sonhos. Além disso, uma nova visão acerca do aspecto financeiro pessoal pode contribuir para a adoção de uma rotina favorável a toda a família, colaborando para um melhor planejamento do orçamento doméstico (TEIXEIRA, 2011).

E no aspecto profissional esse conhecimento também é de grande valia, pois ajuda o indivíduo a lidar melhor com todos os cenários que envolvam uso e gerência de dinheiro; entendendo suas nuances e adotando melhores cursos de ação nas diversas situações. Um adulto com essa instrução, sem dúvidas, é um trabalhador mais bem preparado para as demandas diárias da vida laboral (KYIOSAKI, 2017).

1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO

A metodologia é entendida como o caminho adotado para orientar um estudo, uma pesquisa ou investigação. Através do método é feita a escolha dos procedimentos sistemáticos que irão descrever e explicar os fenômenos. Nesses

procedimentos será delimitado o problema, realizadas e analisadas observações com base nas relações encontradas, que serão fundamentadas teoricamente.

Esta pesquisa será do tipo bibliográfica, abrangendo a leitura, análise e interpretação de obras impressas, periódicos e documentos disponíveis em ambiente virtual e na biblioteca do Centro Universitário Atenas. Este tipo de pesquisa tem como objetivo apresentar as diferentes contribuições científicas já publicadas sobre o tema proposto (GIL, 2010).

Para a realização deste estudo, inicialmente será adotado o procedimento metodológico denominado revisão de literatura com abordagem qualitativa, com propriedades exploratórias, pois a pesquisa bibliográfica se faz necessária para a construção de um referencial teórico coerente que sustente o tema de abordagem com base em autores que já escreveram sobre o mesmo assunto de pesquisa (GIL, 2010).

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo são apresentados os elementos fundamentais da pesquisa, com descrição de aspectos introdutórios e metodológicos, além das hipóteses e objetivos.

No segundo capítulo são apresentados os aspectos gerais sobre o tema, tratando também dos impactos que reforçam sua importância, da origem da ENEF, da descrição da Lei n. 7.318/2017 como suporte para a inclusão da educação financeira na matriz curricular brasileira, e por fim é comentado o ensino do tema para os jovens do ensino fundamental e do ensino médio, com suas particularidades.

No terceiro capítulo são comentados os princípios financeiros, as formas de gerir recursos financeiros e é feita análise dos instrumentos de planejamento financeiro, orçamento doméstico e da influência ou interferência das finanças comportamentais.

No quarto capítulo são retratados os métodos e ferramentas de apoio financeiro e a formação dos indivíduos na esfera pessoal e profissional.

E no quinto capítulo é abordada a evolução temporal da educação financeira no Brasil, as competências que podem ser adquiridas pelos conhecimentos de finanças e, no final, é comentada a importância da dela como solução para as pessoas.

No final, tem as considerações finais e depois as referências consultadas.

2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), o termo educação financeira significa o processo através do qual as pessoas e os grupos sociais recebem informações que permitem uma melhor compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Por este meio, promove-se formação e orientação, permitindo que sejam desenvolvidos ou aperfeiçoados os valores e competências necessários para consciência das oportunidades e riscos envolvidos na questão financeira, preparando o aprendiz para as melhores escolhas, identificando onde procurar ajuda, adotando atitudes e práticas que promovam o seu bem-estar social, de modo geral.

Em suma, educação financeira se refere ao processo que orienta e informa as pessoas orientações sobre comportamentos financeiros (CABRAL, 2020). É a organização das movimentações financeiras individuais, ou finanças pessoais (BARCELOS, 2020).

Assim, a educação financeira usa estratégias para ensinar as pessoas a ter mais controle de seus gastos, mais consciência de seus ganhos e a otimizar sua relação com o dinheiro, por um comportamento racional, lógico e organizado, evitando gastos desenfreados e desproporcionais às entradas de capital, que podem prejudicar o equilíbrio financeiro pessoal e da economia em geral (CABRAL, 2020).

A educação financeira envolve conceitos como a saúde ou equilíbrio financeiro, a independência financeira, o planejamento financeiro e a liberdade financeira (BARCELOS, 2020).

A falta de educação financeira é uma das causas do superendividamento das pessoas, quando suas despesas superam em demasia as receitas, provocando situações desagradáveis em todos os aspectos da vida, além do econômico, como na esfera psicológica, por exemplo, pelas preocupações e ansiedade decorrentes da impossibilidade de pagamento das dívidas (FERRAZ, 2022).

Por este conceito, pode-se afirmar que a educação financeira contribui para a formação de indivíduos e sociedades economicamente responsáveis e comprometidos com o futuro (AGÊNCIA BRASIL, 2014). Dessa forma, defende-se o uso da educação financeira em todas as nações, pois contribui para o bem-estar da economia social, para a boa saúde financeira dos indivíduos e, além disso, para uma

boa saúde física e psicológica (BARCELOS, 2020). Para Sant Ana (2014), uma educação que seja plena precisa envolver formação intelectual, moral, física e também formação e habilidade para lidar com finanças.

É preciso considerar que, nas últimas décadas, a gradativa ascensão econômica de grande percentual de brasileiros, pôs o cidadão diante de novas situações e operações financeiras desconhecidas, parcial ou totalmente, para muitas pessoas. Segundo Savoia (2007), as mudanças no aspecto econômico e sociopolítico mundial, ocorridas no contexto do final do século XX e do início do século XXI, estiveram ligadas a três forças: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e as alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal.

Acrescente-se que o aumento das ofertas de consumo e os mercados virtuais trouxeram a necessidade de promover a educação financeira nos indivíduos cada vez mais jovens e conectados, visando despertar a consciência da população em relação às decisões individuais e coletivas que devem tomar quanto à vida financeira (VILHENA, 2019).

2.1 IMPACTOS REFORÇANDO A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para entender o conceito atual de educação financeira, também é importante analisar a realidade do momento, que é de várias inovações no mercado financeiro, a partir de avanços tecnológicos e pela competitividade de ofertas de produtos novos (CABRAL, 2020). Essa realidade traz dificuldades para a situação dos indivíduos, pois o consumo em geral é muito valorizado e facilitado. Isso torna ainda mais importante a educação financeira.

A realidade de crise vivida no país se agravou com as dificuldades do cenário de pandemia, levando a situação de aumento da inflação, crescimento do desemprego e aumento da inadimplência, como falado em:

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos atualmente a inflação em ascensão (4,29% nos primeiros quatro meses de 2022) e o desemprego alto (10,5% de desempregados no Brasil), além das taxas de juros básicas (Selic) em dois dígitos (13,75%). Esses três fatores combinados levam a uma corrosão no poder de compra do consumidor, na capacidade de honrar dívidas, na instabilidade das finanças pessoais e na necessidade de fontes de crédito de custo mais alto (GRAPEIA, 2022).

Diante da situação problemática que o país vive, com a crise econômica e social, é ainda mais importante preocupar-se com a educação financeira dos brasileiros. Uma das poucas nações que possuem uma Estratégia Nacional de Educação Financeira é o Brasil. Esta foi criada com objetivo de promover ações de educação financeira gratuitas e sem interesse comercial, o que só foi possível pela articulação e construção de parceria entre 11 instituições governamentais e civis, utilizando como ferramenta de concretização, as escolas do ensino fundamental e médio (TRINDADE, 2021).

A importância atribuída a este programa parte do peso financeiro que tem as decisões de crédito, conhecimentos sobre investimento, consumo e planejamento para todos, favorecendo o desenvolvimento de vida financeira mais sustentável que gera impactos nos indivíduos e no país. Na escola, a educação financeira busca uma ampliação da compreensão as escolhas financeiras, possibilitando o desenvolvimento de uma relação mais equilibrada com o dinheiro (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista pessoal, a ausência de orientações sobre finanças gera quase sempre a um desequilíbrio muito grande entre ganhos e despesas, pois as pessoas, impulsionadas pelo espírito capitalista, consomem muito, fazem muitas compras e comprometem o orçamento familiar. Mal conseguem quitar todas as dívidas realizadas, gerando situações de endividamentos e superendividamentos. E também não conseguem fazer reservas para emergências nem investimentos (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista profissional, a falta de educação financeira e empreendedora também impacta negativamente quando prejudica as pessoas na competição por melhores cargos, pois um profissional que não possui conhecimento empreendedor não saberá aplicá-lo no seu ramo de atividade profissional e, assim, ocupará somente as vagas e postos de trabalho de menor importância e de baixa remuneração (BRASIL, 2010).

As diretrizes que orientam o mesmo currículo, chamada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que este tema seja trabalhado por todos os conteúdos de modo interdisciplinar (TRINDADE, 2021). Ainda que previsto por lei e orientado pela BNCC, o assunto não faz parte das aulas da maioria das escolas brasileiras e não foi ofertada capacitação para os professores quanto isto, tirando dos alunos a oportunidade de aprender como controlar seus gastos desde os primeiros anos escolares formais.

Comparando-se as regiões brasileiras, no Centro-Oeste e Nordeste um

percentual entre 7% e 8% das escolas trabalham este conteúdo, com exceção para o estado de Tocantins onde mais de 33% das escolas têm aulas de educação financeira. Por outro lado, a Região Norte está bem avançada, representando 33% do total das escolas brasileiras que já trabalham a matéria. Em seguida vem a Região Sul com 32% e o a Região Sudeste, com 20% (BRASIL, 2010).

Para os especialistas da educação financeira, defensores ferrenhos desta disciplina como curricular obrigatória, o problema encontra-se na cultura na comunidade escolar que mostra grandes dificuldades em ensinar a temática uma vez que estes mesmos profissionais, geralmente, têm baixos salários e não são valorizados, mostrando-se desmotivados para este papel (ARAÚJO, 2012).

É preciso destacar que a importância atribuída a estas aulas está centrada no seu objetivo principal, que é possibilitar e facilitar que os alunos sejam preparados para o mercado de trabalho com um conhecimento que será valioso para sua própria vida, como cidadão; conhecimento este que vai lhe ser útil a vida toda. Os alunos precisam aprender a avaliar o valor do dinheiro negando-se a ser seduzido por situações inseguras, aprendendo o planejamento do seu próprio consumo (KYIOSAKI, 2017).

Educar-se e ser educado na esfera financeira faz-se muito necessário para atingir uma vida mais plena na sociedade. Muitos sonham com a independência financeira, mas muitos tomam atitudes erradas nessa busca. Por meio da educação, esse cenário pode mudar para melhor e uma maior qualidade de vida vir a ser adquirida pelas pessoas através disso (PRAVALER, 2020).

2.2 A ORIGEM DA ENEF

A Estratégia Nacional de Educação Financeira, representada pela sigla ENEF, foi criada pelo Decreto Federal n. 7.397/2010, e atualizada pelo Decreto Federal n. 10.393, de 9 de junho de 2020 (FUNDACRED, 2021).

É um programa ou uma mobilização que tem o objetivo de realizar ações para a difusão e a promoção do conhecimento de finanças no Brasil, fortalecendo a cidadania e contribuindo para que os brasileiros tomem decisões financeiras mais conscientes e com autonomia, a partir de orientações de educação financeira, de seguros, previdenciária e tributária (ENEF, 2017).

Assim, em 2010 surgiu a preocupação de se estabelecer essas diretrizes, concretizando a ideia de uma política nacional para implementação de técnicas de educação financeira no ensino brasileiro, a partir de programas transversais e setoriais (ENEF, 2017). E, uma década depois, em 2020, essas estratégias foram revistas e complementadas.

2.3 DESCRIÇÃO DA LEI 7.318/2017 COMO SUPORTE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A real importância de uma educação empreendedora também é explicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que assegura que a educação tem inspiração nos princípios de liberdade e solidariedade humana, e é dever da família e do governo, com o objetivo de alcançar o pleno desenvolvimento do aluno, além de sua melhor preparação para o exercício da cidadania e uma melhor qualificação para o trabalho (SANT ANA, 2014). A partir do momento em que a lei inclui o propósito de alcançar o pleno desenvolvimento do aluno, inclui-se a educação financeira e empreendedora.

Em 2017, o projeto de lei 7.318 alterou os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir "Noções de Economia Financeira" como disciplina obrigatória no ensino fundamental e médio (VILHENA, 2019). Em seguida, várias ações locais e regionais reforçaram a importância de incluir a educação financeira na grade curricular das escolas brasileiras, como por exemplo a Lei Estadual 5.359 de 1º de julho de 2019, do Mato Grosso do Sul (CABRAL, 2020).

O ensino obrigatório da educação financeira nas escolas foi formalizado em 2020, pelo Ministério da Educação (MEC), a partir da disposição do Projeto de Lei 7.318 de 2017. A partir daí, as instituições de ensino foram obrigadas a atender às novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (VILHENA, 2019).

Nas escolas de tempo integral, onde os alunos estudam em dois turnos, normalmente a educação financeira está disponível no componente de disciplina eletiva ou optativa (que são aquelas de livre escolha do aluno para compor o seu currículo de forma a atender uma formação mais personalizada do profissional que está sendo formado) (FUNDACRED, 2021).

A decisão do MEC tentou tornar obrigatório o ensino de habilidades de educação empreendedora a todos os alunos, mas enfrenta duras críticas. Esta

decisão não tornou o conhecimento básico financeiro em um componente curricular obrigatório, mas institui-o como tema a ser desenvolvido dentro da disciplina de Matemática, permeando a base curricular já existente (TRINDADE, 2021).

A decisão de inserir o conhecimento financeiro nas escolas, dentro da disciplina de Matemática, envolve alguns desafios como a formação de professores, a disponibilidade de material didático adequado e o tempo de preparo destas aulas diferenciadas do currículo comum anterior. Os professores já enfrentam uma grade de matérias muito extensas, e agora, na mesma carga horária, vão ter que se desdobrar para aprender educação financeira e ensinar aos alunos, sem deixar de passar também os outros conteúdos da disciplina. Ou seja, o problema é que não foi aumentada a carga horária da disciplina, apesar do acréscimo do conteúdo programático educação financeira (VILHENA, 2019).

A BNCC orienta que cabe ao ensino fundamental ofertar o estudo dos conceitos básicos de economia e finanças, além de tópicos como taxas de juros (já pertencentes à disciplina), inflação, aplicações financeiras, rendas, investimentos e impostos. Para os alunos do ensino médio, são atribuídos temas mais complexos, como os sistemas monetários nacional e mundial (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

É essencial investir em educação empreendedora e financeira (CARMO, 2020), especialmente após o cenário mais crítico da pandemia do coronavírus, que aumentou muito a quantidade de pessoas endividadas e superendividadas no Brasil. E também porque sabemos que os brasileiros, em geral, não possuem conhecimentos básicos de educação financeira e empreendedora (ABREU, 2013).

Logo, a saúde financeira, que pode permitir uma vida mais tranquila e organizada financeiramente, e até mesmo o planejamento de uma boa aposentadoria, somente é possível em sua plenitude quando o ensino financeiro é passado na escola, e os indivíduos crescem já sabendo essas noções, para permitir o seu pleno desenvolvimento (BARCELOS, 2020). Os métodos que devem ser sempre investigados, adaptados a cada geração, e os materiais didáticos também devem ser sempre acompanhados.

Portanto, a conclusão é que a inserção da obrigatoriedade da inclusão da educação financeira no ensino fundamental e no ensino médio, a partir da Base Nacional Comum Curricular foi muito importante e formalizou a necessidade que a educação financeira seja realmente incluída na grade curricular de todos os estudantes, para que possa ajudá-los a enfrentar diversos desafios da vida, e a se

qualificarem melhor (BARCELOS, 2020).

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA MATRIZ CURRICULAR NOS NÍVEIS FUNDAMENTAIS E MÉDIO

A educação financeira possui diferentes influências nos alunos do ensino fundamental e do ensino médio (MARTINS, 2019).

No ensino fundamental, os conhecimentos de finanças são importantes, pois os jovens nessa fase estão formando boa parte de sua personalidade, e é relevante que também desenvolvam noções de orientação financeira. Além disso, ao aprender a matemática básica, é muito importante que os jovens desenvolvam habilidades de usar calculadoras e fazer cálculos simples, o que será essencial para a formação de uma educação financeira mais sólida nos anos do ensino médio. Assim, na fase adulta, os alunos terão aprendido noções mínimas e básicas para bem administrar seus recursos financeiros (NASSER, 2021).

E no ensino médio é ainda mais positiva a apresentação de conceitos de educação financeira, pois os jovens nessa fase escolar terão mais maturidade para compreender os impactos desse tema, inclusive tendo em vista o aumento da oferta de créditos, evitando que os jovens comecem sua vida adulta com uma relação desastrosa com o dinheiro (MUNIZ JR, 2007). No ensino médio, os conhecimentos de educação financeira devem envolver conceitos mais complexos de proporcionalidade, porcentagens, juros, amortizações ou seguros (CAMPOS, 2012). E também deve ser buscado um ensino que dialogue com os alunos, com argumentos coerentes e incentivando-os a refletir sobre o assunto (MORAES, 2019).

No próximo capítulo serão abordados os princípios da educação financeira favoráveis à formação profissional e ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA FAVORÁVEIS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O fato que levou à constatação da importância de se promover a educação financeira escolar partiu da constatação da quantidade de pessoas cadastradas como negativadas em instituições financeiras, acrescentando-se que este percentual se mostrou crescente nas últimas décadas. Prova disso é que no mês de fevereiro de 2020, a Sociedade de Proteção ao Crédito apurou que, em todo o Brasil, 4 em cada 10 brasileiros estavam negativados, ou seja, 25% dos brasileiros, percentual que equivale a 60 milhões de pessoas. Acrescenta-se que este número cresceu após o início da pandemia do coronavírus (TRINDADE, 2021).

Para o Ministério da Economia, a educação financeira se resume em conceitos e orientações sobre posturas e atitudes adequadas para melhor uso e planejamento dos recursos financeiros pessoais e familiares (ABREU, 2013).

3.1 PRINCÍPIOS FINANCEIROS

Os princípios da educação financeira escolar estão baseados em objetivos que visam o preparo do jovem para conviver com conceitos e questões financeiras, antes restritas aos profissionais da área e arrimos das famílias, tais como as receitas, despesas, juros, negócios, investimentos e outros do ramo. Desse modo, presumiu-se que, ao ser inserida nas escolas, pode contribuir para desenvolver a capacidade de utilização do dinheiro como uma ferramenta que pode tornar a vida melhor, mais produtiva, tranquila e equilibrada (ARAÚJO, 2012).

Seus princípios partem da premissa de que a educação financeira precoce é capaz de mudar a relação dos estudantes com o dinheiro, tornando-os capazes de viver cada vez melhor, com mais prosperidade material, levando as pessoas a priorizar a satisfação e não o poder de consumo, implantando o valor de que viver bem não é comprar o mais caro, base do consumo consciente, que é o aprender onde, quando e como gastar (ABREU, 2013).

Savoia (2007) estabelece alguns princípios e recomendações de educação financeira apresentados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Alguns deles, relacionados à formação profissional e ao desenvolvimento pessoal, são: a necessidade de promoção da educação financeira a partir de

informações imparciais, livres de vieses e de interesses particulares; o pressuposto de que a educação financeira deve se adaptar, modernizar e evoluir, acompanhando as mudanças sociais, estruturais e econômicas; o fato de que a educação financeira deve ser introduzida no ambiente escolar, o quanto mais cedo possível; a noção de que os programas devem abordar partes essenciais do planejamento pessoal, como poupança, aposentadoria, endividamento consciente e responsável e a contratação de seguros; além de vários outros princípios e recomendações.

Afirma-se que os princípios estabelecidos pela OCDE, em geral, devem evitar a transmissão de interesses particulares, e devem ter como objetivo que o desenvolvimento das competências e habilidades do processo de formação e construção de educação financeira seja feito de forma adequada e personalizada, buscando abordar as pessoas desde cedo e de forma contínua, acompanhando a evolução do mercado (BRITO, 2012).

Neste contexto, os princípios da educação financeira visam ajudar as pessoas no conhecimento básico de quadro financeiro e econômico nacional, o gerenciamento dos seus rendimentos, incentivando o crescimento da renda e a redução de gastos, a adoção de práticas de consumo consciente, a prevenção de fraudes e golpes, construindo uma relação saudável com o dinheiro (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Se os métodos de educação financeira observarem os princípios relacionados, as pessoas vão desenvolver competências financeiras para garantir melhor gestão de subsídios e, ainda, melhor distribuição de recursos, especialmente no âmbito da formação profissional e no desenvolvimento pessoal (BRITO, 2012).

3.2 FORMAS DE GERIR OS RECURSOS FINANCEIROS

Quando se pensa nos preceitos de educação financeira deve-se considerar também as técnicas para realização de planejamento financeiro pessoal. Nesse sentido, Sertek (2012) cita quatro importantes estratégias para uma boa gestão de recursos financeiros, que são descritas a seguir:

QUADRO 1: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RECURSOS

Estratégia	Descrição
1. controle no impulso de compras.	Para que as pessoas reflitam e analisem com cautela se determinado custo é realmente necessário e relevante, evitando-se decisões e compras precipitadas, que possam gerar arrependimento
2. análise de custos financeiros.	A intenção é buscar sempre as instituições bancárias e movimentações que tenham menor custo
3. análise de viabilidade.	Quando se pensar em contratar empréstimos e financiamentos, é essencial uma reflexão profunda sobre vantagens e desvantagens daquela operação.
4. planejamento	É imprescindível o desenvolvimento de planejamento financeiro amplo e completo, tendo sempre o controle do fluxo de capital pessoal e familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor.

De modo geral, a realização de um bom planejamento financeiro é melhor técnica de gerir os recursos disponíveis. Há vários recursos tecnológicos, como aplicativos e programas interativos que auxiliam muito nessa tarefa. Também é possível anotar as despesas e entradas de valores no orçamento pessoal e familiar em blocos de notas dos celulares, e em arquivos no microsoft office word ou, para os indivíduos que desejam desenvolver um controle ainda mais pormenorizado, em planilhas do microsoft office excel (RIBEIRO, 2021).

Ainda quanto ao planejamento financeiro, sugere-se o estudo pessoal das forças e fraquezas, para que cada indivíduo busque ter consciência de seu próprio perfil; a análise de oportunidades e ameaças; o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo e a revisão frequente do planejamento financeiro estabelecido, para evitar que seja esquecido e garantir sua observância (RIBEIRO, 2021).

3.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO, ORÇAMENTO DOMÉSTICO E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

De acordo com Gerson Zanotto (2020), o orçamento vem da própria necessidade de sobrevivência do indivíduo, a partir da organização, e essa ideia foi evoluindo e sendo usada nas organizações públicas e privadas como forma de planejamento e controle. Essa noção foi evoluindo e hoje o controle frequente do orçamento doméstico é essencial para a realização de um bom planejamento financeiro dos indivíduos.

Somente a partir da educação financeira é possível melhorar efetivamente a situação de famílias em estado de vulnerabilidade, por exemplo, permitindo que desenvolvam consciência e autonomia da gestão de suas finanças, influenciando diretamente no comportamento financeiro (ABREU, 2013).

Nessa linha, o estudo das finanças comportamentais, ou seja, do hábito de gastos daqueles indivíduos, a partir de conceitos da psicologia que explicam as decisões financeiras das pessoas, é essencial para a definição da técnicas e estratégias de planejamento financeiro a serem adotadas e praticadas em cada realidade (VASCONCELOS, 2021).

As finanças comportamentais vão considerar que em determinadas situações as pessoas adotam racionalidade limitada e agem por impulsos e emoções (VASCONCELOS, 2021), desenvolvendo práticas de consumo que desequilibram a saúde financeira. O reconhecimento dessas práticas comportamentais é de extrema relevância para a definição de um planejamento financeiro que permita a gestão do orçamento familiar de forma responsável e consciente.

No próximo capítulo serão abordadas as contribuições dos métodos da educação financeira para a formação profissional e para o desenvolvimento pessoal do indivíduo.

4 CONTRIBUIÇÃO DOS MÉTODOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL DO INDIVÍDUO

Diante do conceito apresentado de educação financeira, e dos princípios trabalhados, percebe-se que os mecanismos de educação financeira são essenciais para a formação profissional e para o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Isso porque a educação de modo pleno exige formação intelectual, física e moral, havendo nela, também, o ensinamento para gerir as finanças (SANT ANA, 2014, p. 39).

Pelo aumento do interesse nas técnicas de educação financeira, as instituições de ensino buscam incorporar essas técnicas e ensinamentos à grade curricular, abordando noções como visão geral de finanças e de administração financeira, conceitos de risco e retorno, orçamento de capital, fundamentos do processo de investimento e noções do mercado de capitais, etc. (SILVA, 2016). E isso é muito importante porque também pode ajudar esses jovens e estudantes a entender melhor a realidade de contexto econômico que o país está passando para poder fazer melhores escolhas de gastos e de investimentos, no controle financeiro em geral, incluindo escolhas profissionais e pessoais (MARTINS, 2019).

Em um projeto piloto de teste implementado no ensino médio de 891 escolas voluntárias entre maio de 2010 e dezembro de 2011 demonstrou aumento de interesse nos professores pelo tema e também aumento de conhecimento financeiro nos alunos, mudando para melhor o comportamento com finanças dos participantes e envolvidos, pois ficou evidenciada uma maior tendência nos estudantes do grupo de tratamento a se comportarem na esfera financeira de maneira mais inteligente, dialogarem com seus familiares sobre assuntos financeiros e auxiliarem na organização do orçamento em casa (SANT ANA, 2014), confirmando, então, o impacto positivo da educação financeira na formação profissional e no desenvolvimento pessoal dos estudantes.

A educação financeira é a metodologia que busca ensinar informações e orientações sobre conceitos e produtos financeiros, para que sejam desenvolvidos valores e habilidades que permitam a formação de conhecimento de finanças, suas oportunidades e riscos, com o objetivo de que qualquer indivíduo comum inserido na sociedade possa fazer escolhas bem instruídas e com plena consciência. (BARCELOS, 2020).

A educação financeira é um assunto transversal, com muitas vantagens, especialmente quando mostra a importância do equilíbrio da vida financeira e que o planejamento de gastos é essencial para a conquista de um futuro melhor (MARTINS, 2019).

Portanto, a partir dos princípios comentados, a habilidade de educação financeira deve ser disseminada com o objetivo de inserir pessoas de forma consciente e atuante na gestão financeira (BRITO, 2012).

Assim, esses ensinamentos serão essenciais para que os jovens tenham a melhor formação profissional, tendo tanto condições de custear seus estudos e profissionalização, quanto habilidades para ser um profissional mais antenado de acordo com a realidade do mercado, e com conhecimento para investir, poupar e tomar as melhores decisões de economia, seja no trabalho, seja no âmbito pessoal (BRITO, 2012).

4.1 MÉTODOS E FERRAMENTAS DE APOIO FINANCEIRO

Os métodos de apoio financeiro são os meios capazes de realizar uma gestão financeira efetiva, na prática. São os caminhos para que os indivíduos implementem a educação financeira (SILVA, 2015).

Um dos métodos é a utilização do fluxo de caixa, que se refere ao registro organizado das movimentações financeiras, indicando todas as entradas e saídas de recursos, com reajustes periódicos. Esse registro é essencial para a organização do balanço patrimonial e para que as movimentações financeiras sejam feitas com consciência ampla dos orçamentos. Assim, é possível saber o valor dos gastos fixos mensais para, a partir disso, planejar os gastos extras ou variáveis, dentro do planejamento das receitas que vão entrar, identificando o capital de giro pessoal (SILVA, 2015).

Na gestão de empresas, ainda, tem-se o livro caixa, que é um registro mais completo para organização cronológica das entradas e saídas de dinheiro, além do registro dos comprovantes. Tem também a ferramenta do capital de giro, que permite a empresa se expandir (SILVA, 2015).

E tanto no apoio financeiro pessoal quanto no profissional, é importante sempre estabelecer um valor de reserva para emergências, para que seja possível resolver problemas não previsíveis sem prejudicar os gastos fixos (SILVA, 2015).

4.2 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA ESFERA PESSOAL E PROFISSIONAL

Os métodos e ferramentas de apoio financeiro explicados são essenciais para uma boa formação dos indivíduos na esfera pessoal e profissional (FERRAZ, 2022).

Em relação à importância do planejamento financeiro pessoal, são destacados os seguintes pontos: controle no impulso de compras, análise racional dos custos financeiros, desenvolvimento de hábito de avaliar vantagens e desvantagens de empréstimos e financiamentos e elaboração de planejamento econômico a partir de ferramentas de controles financeiros (FERRAZ, 2022). Nesse sentido, como técnicas e ferramentas para o planejamento financeiro pessoal, é possível destacar (FERRAZ, 2022): ter consciência de suas forças e fraquezas; análise de oportunidades e ameaças; estabelecer a visão de longo prazo (onde se quer chegar); metas de: 10 anos; 05 anos e 01 ano; planejamento anual, com revisão semestral ou trimestral.

É mais comum que sejam abordados no momento do ensino superior, porque pesquisas mostram que há poucas ações que busquem passar lições de educação financeira no ambiente familiar, ou mesmo nos anos iniciais da escola (CABRAL, 2020).

Na esfera profissional, as pessoas com conhecimentos de educação financeira se tornam profissionais mais conscientes e capacitados para atuar no trabalho, em qualquer área, e para entender as dificuldades e desafios do mundo moderno (MARTINS, 2019).

Para o administrador financeiro, que usa diretamente a gestão financeira em sua atividade profissional, é muito importante saber lidar bem com orçamentos, previsões financeiras, administração do caixa, administração do crédito, análise de investimentos e captação de fundos (SILVA, 2016). Além disso, os profissionais de todas as áreas devem buscar aprender noções de educação financeira, inclusive os da área de ciências exatas ou financeiras, pois o simples fato de alguém atuar profissionalmente nas áreas financeiras não garante que essa pessoa tenha boa formação de finanças e educação empreendedora (BRITO, 2012).

No próximo capítulo, será abordada a evolução da inserção da educação financeira como componente curricular de acordo com a lei n. 7318 de 2017.

5 A EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO COMPONENTE CURRICULAR DE ACORDO COM A LEI N. 7318 DE 2017

A inclusão da disciplina educação financeira como componente curricular foi uma grande conquista da Lei n. 7318 de 2017 e foi efetivada pelo MEC em 2020. A seguir são demonstrados aspectos importantes sobre o tema (RIBEIRO, 2021).

5.1 EVOLUÇÃO TEMPORAL BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em 2006, o COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização) foi criado (CORDEIRO, 2018). Depois, a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira em 2010 foi um passo muito importante para decretar publicamente a importância de que a educação financeira passasse a ser um dever também da escola de transmitir aos alunos. Assim, a Base Nacional Comum Curricular passou a contar com conhecimentos de educação financeira dentro da grade da matéria de Matemática, e foi aos poucos implementada em todo o país. Em seguida, as alterações com a Lei 7.318 de 2017 e a formalização do ensino obrigatório de educação financeira em 2020 foram passos muito relevantes também nesse processo gradativo, e mostra tendência de crescimento da aplicação e do ensino da educação financeira no ambiente escolar (CORDEIRO, 2018).

É entendido que não basta uma educação financeira que ensine tópicos específicos como porcentagem, juros simples e juros compostos, pois é preciso que o indivíduo-consumidor aprenda a agir com consciência na sociedade complexa, matematizada, capitalista, consumista, e isso é possível com o aprendizado de noções que tenham relação com decisões sobre consumo, poupança e investimentos também (NASSER, 2021).

É notado que o Brasil pensou tardiamente na inclusão do tema educação financeira nas escolas, e por isso ainda é um tema novo, com muitos desafios, principalmente a forma de abordagem diferente no ensino fundamental e no ensino médio e a qualidade do material didático utilizado (CORDEIRO, 2018). Mas as evoluções dos últimos anos mostram que o tema vem ganhando importância e isso é muito positivo.

5.2 COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O aprendizado de educação financeira desenvolve muitas competências e habilidades. Segundo Brito (2012), a educação financeira melhora a gestão de subsídios pelas pessoas, e até estimula o hábito de poupança.

A consciência da importância de que as pessoas aprendam a manipular dinheiro de forma racional e com responsabilidade, para desenvolver economia estabilizada, com menos endividamentos e para incentivar cultura de poupar explica o desenvolvimento de técnicas de educação financeira (CORDEIRO, 2018). Assim, quem estuda educação financeira aprende a manusear melhor os recursos, entende a importância de guardar e fazer reservas, e também entende a importância de fazer um controle de gastos, orçamento e investimentos, pois:

As atividades financeiras realizadas hoje deveriam ser precedidas de uma boa educação financeira por parte do cidadão, de forma que este não simplesmente conheça apenas o algebrismo de cada operação, mas algo mais amplo como o manuseio e manutenção corretos do dinheiro, ter consciência da importância de guardá-lo, gozar de uma caderneta de poupança, dispor do hábito de fazer orçamento, entender minimamente de investimento, dentre outras coisas. (CORDEIRO, 2018).

Resumindo, a educação financeira ajuda a entender os conceitos das finanças, de economia e de empreendedorismo, e as pessoas podem com isso ter mais consciência dos riscos e das oportunidades para tomar decisões assertivas e sustentáveis quanto à administração de seus recursos para promover um bem-estar próprio e também para a sociedade (SILVA, 2016).

5.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO SOLUÇÃO PARA O INDIVÍDUO

Quando não há educação financeira, vive-se uma realidade de endividamento e superendividamento, pois sem lições de finanças as pessoas possuem muita dificuldade para estabelecer planejamento financeiro, controle de gastos e orçamento consciente, e assim passam a viver situação de descontrole econômico e lidam com suas receitas e despesas de forma irresponsável, deixando-se levar por impulsos, como explica a finança comportamental (BRITO, 2012).

Segundo Grapeia (2022), a ignorância financeira é o que explica a enorme quantidade de pessoas no Brasil que assumem dívidas impagáveis, comprometendo

seus ganhos com parcelas a juros muito altos, o que compromete significativamente o futuro financeiro, impedindo seu crescimento e sua melhoria de qualidade de vida.

Principalmente pela escassez e má distribuição de recursos e rendas no Brasil, a disseminação da cultura financeira é tão importante, com o objetivo de inserir as pessoas de forma consciente e atuante no plano financeiro, pois assim o indivíduo pode se tornar mais capaz de compreender e de participar de maneira ativa em suas decisões econômicas (BRITO, 2012).

Por tudo o que foi apresentado, a educação financeira é a melhor solução para a formação de indivíduos com hábitos de consumo e gastos conscientes e responsáveis, essenciais para que se tornem adultos prósperos. Assim, a conclusão é que as ferramentas, os métodos e as técnicas de educação financeira ajudam as pessoas a entender que uma boa gestão e um bom planejamento financeiro pessoal são o segredo para a conquista de uma vida melhor (BRITO, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a educação financeira usa estratégias para ensinar as pessoas a ter mais controle de seus gastos, mais consciência de seus ganhos e a otimizar sua relação com o dinheiro, por um comportamento racional, lógico e organizado, evitando gastos desenfreados e desproporcionais às entradas de capital, que podem prejudicar o equilíbrio financeiro pessoal e da economia em geral.

Tem-se vários aspectos que pontuam a eficiência da educação financeira. Um deles é a possibilidade de fazer melhor administração de sua contabilidade pessoal, tendo controle de suas despesas e receitas, evitando situações de endividamento e de comprometimento de renda. Outro aspecto é que quem tem conhecimentos de finanças está mais preparado para o mercado de trabalho, e pode disputar melhores vagas de emprego, pela percepção ampla de economia, o que também pode permitir uma ascensão econômica e uma melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

O terceiro aspecto é que quem consegue pôr em prática as técnicas de educação financeira pode poupar dinheiro, guardando como reservas para situações de emergências, e também pode fazer investimentos inteligentes que permitam uma multiplicação do capital. Além disso, a educação financeira também garante uma estabilidade e saúde econômica pessoal e familiar, fazendo com que as pessoas tenham mais consciência e responsabilidade, e evitando até mesmo situações mais graves de doenças mentais como depressão ou suicídio, por questões financeiras.

Por isso é tão importante a disseminação de conhecimentos de finanças. E isso deve ser feito principalmente na escola, que tem o nobre papel de educar os jovens, e também de deixá-los mais preparados para lidar com os desafios da vida adulta, e um dos principais desafios é a gestão financeira. Além disso, os jovens que aprendem esses conhecimentos na escola conseguem também instruir seus pais e familiares, com hábitos do dia a dia.

Portanto, a pergunta de pesquisa foi respondida, pois foi confirmado que os métodos de apoio financeiro são os meios capazes de realizar uma gestão financeira efetiva, com destaque para a utilização do fluxo de caixa e para o uso da técnica de análise do capital de giro pessoal. Logo, os objetivos foram alcançados e as hipóteses foram confirmadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. **Falta de Educação financeira**: Estudo aponta que o brasileiro desconhece princípios básicos de Finanças e Investimentos. Rio de Janeiro: RevistaRI, 2013, p. 10-16.

AGÊNCIA BRASIL. **Educação financeira chegará a escolas públicas até 2015**, mai. 2014. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-12--25-20140506&tit=educacao+financeira+chegara+a+escolas+publicas+ate+2015> Acesso em: 20 maio 2022.

ARAÚJO, F. de A. L.; SOUZA, M. A. P. de. **Educação financeira para um Brasil sustentável evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Trabalhos para Discussão – Banco Central do Brasil, Brasília, n. 280, p. 1-53, jun. 2012.

BARCELOS, Karolline Lopes. **Educação financeira**: uma breve análise baseada no comportamento da população brasileira. Orientador: Márcio Dourado Rocha. TCC (Graduação em Administração) – UniEvangélica, Centro Universitário de Anápolis, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/9387/1/KAROLLINE.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação financeira. **Programa Educação financeira nas Escolas**. 2010. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa/>> Acesso em: 21 mar. 2022.

BRITO, Lucas da Silva; BAPTISTA, Jose Abel; SILVA, Sergio Roberto da; BRAZ, Sandro; HENRIQUE, Marcelo Rabelo. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS CONTEXTOS ACADÊMICO E PROFISSIONAL**: um levantamento de dados com alunos universitários. IX SEGet (Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CABRAL, Marcel dos Santos; SILVA, Fabiula; SCHOTTEN, Paulo César; FACHIN, Solange. **Educação financeira**: a herança dos jovens universitários sobre as heranças familiares. IV EIGEDIN (Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação), 03 a 06 nov. 2020. Edição online. Disponível em: <https://www.academia.edu/81885688/Educa%C3%A7%C3%A3o_Financeira>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAMPOS, Marcelo Bergamini. **Educação financeira na matemática do ensino fundamental**: uma análise da produção de significados. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1789/1/marcelobergaminicampos.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2022.

CARMO, Patrícia. **Educação financeira torna-se obrigatória nas escolas em 2020**. IBRA, 06 fev. 2020. Disponível em: <<https://blog.ibraeducacional.com.br/index.php/2020/02/06/educacao-financeira-torna-se-obrigatoria-nas-escolas-em-2020/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. **Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino da Matemática em Debate. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

ENEF. **Quem Somos**. Estratégia Nacional de Educação financeira, 2017. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

FERRAZ, Jéssika Cristina. **A educação financeira e sua importância na gestão financeira pessoal**. Orientador: Roberto Ari Guindani. TCC (Pós-Graduação em Gestão e Negócios – IFPR, Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/TCC-J%C3%A9ssika-Ferraz-final.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2022.

FUNDACRED. **Educação financeira nas escolas: o desafio de ensinar sobre dinheiro no Brasil**. Desafios da Educação, 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacred.org.br/site/2021/07/27/educacao-financeira-nas-escolas-o-desafio-de-ensinar-sobre-dinheiro-no-brasil/>>. Acesso em: 06 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia da Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAPEIA, Leonardo. **Falta de educação financeira aumenta desigualdade em era de instabilidade**. Exame, 15 jul. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/bussola/falta-de-educacao-financeira-aumenta-desigualdade-em-era-de-instabilidade/>>. Acesso em: 07 set. 2022.

KYIOSAKI, R. T. **O poder da educação financeira: lições sobre dinheiro que não se aprendem na escola**. 2017. São Paulo: Alta Books, 2017.

MARTINS, Silva Neumann; SILVA, Valdemir José Máximo Omena da; CONTO, Samuel Martim de; SALVI, Eloni José. **A importância da educação financeira na universidade: um enfoque para a formação profissional e pessoal de estudantes universitários**. Revista Extensão & Cidadania, v. 6, n. 11, p. 15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v6i11.5870>. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/5870>>. Acesso em: 07 set. 2022.

MORAES, Aline Reissuy de; PEREIRA, Luiz Henrique Ferraz. **Guia para as aulas de educação financeira no ensino médio**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/559604/2/Guia%20para%20as%20aulas%20-%20Ed.%20Financeira.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MUNIZ JR, Ivail. **Educação financeira: conceitos e contextos para o Ensino Médio**. Anais do IX ENEM - IX Encontro Nacional de Educação Matemática, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/11263085-Educacao-financeira->

conceitos-e-contextos-para-o-ensino-medio.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

NASSER, Lílian; VAZ, Rafael Filipe Novôa. **Que Educação financeira Escolar é essa?** Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana. Universidade Federal de Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250355>>. Acesso em: 28 set. 2022.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. jul. 2005. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2022.

PRAVALER. **Educação financeira**: Qual a importância de saber sobre finanças. Nov. 2020. Disponível em: <<https://www.pravaler.com.br/educacao-financeira-qual-a-importancia-de-saber-sobrefinancas/#:~:text=O%20conceito%20surgiu%20a%20partir,com%20informa%C3%A7%C3%A3o%2C%20forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20orienta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 27 mai. 2022.

RIBEIRO, F. T. F.; MIRANDA, L. P.; QUERINO, F. F.; BERALDO, D. F. A.; SILVA, R. G. da; SILVA, C. A.; LEMOS, E. B. C. **A importância do acompanhamento financeiro pessoal para prática do controle dos gastos**. Revista Eletrônica Calafiori, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://calafiori.emnuvens.com.br/Calafiori/article/view/79>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SANT ANA, Marcus Vinicius Sousa. Orientador: Ricardo Paiva. **Educação financeira no Brasil**: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://mestradoemadm.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Marcus-Vinicius-Sousa-Sant-Ana.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2022.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pub. Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 set. 2022.

SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. **Administração e Planejamento Estratégico**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SILVA, B. H. P.; PORTUGAL JÚNIOR, P. dos S.; SOUZA, R. da S.; PIURCOSKY, F. P.; LEMES, P. T. **A ESSENCIALIDADE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DO GESTOR FINANCEIRO**: uma análise com profissionais da Macrorregião de Varginha-MG. SEGeT (Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia), 31 out./ 01 nov, 2016. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502499.pdf>>. Acesso

em: 08 set. 2022.

SILVA, D. V. da. **Fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para microempresa**. Trabalho de conclusão do curso (Administração). Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA - Assis, 2015. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1111390529.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2022.

SOUZA, Andréa Stambassi.; SILVA, Amarildo Melchiades da. **Educação financeira Escolar**. Pós-Graduação Educação Matemática. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/wp-content/uploads/sites/134/2011/09/Produto-educacional-Andrea-Stambassi.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2022.

TEIXEIRA, Leila Aparecida Alves.; XAVIER, Karine Oliveira de Andrade. **Educação financeira como um método de aprendizagem do uso do dinheiro para alunos do ensino médio de escolas públicas**. Bacharelado Administração Pública. Universidade Federal Fluminense. 2011. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3386/Karine%20Oliveira%20-%20Leila%20Aparecida.pdf;jsessionid=3CD90A4900651D570B8D421A2FD9F776?squence=1>> Acesso em: 25 mar. 2022.

TRINDADE, L. de L. *et al.* **Educação financeira na escola**. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

VASCONCELOS, G. de; SILVA, I. C. da. **Finanças Comportamentais: Um Estudo Exploratório com Consumidores Inadimplentes residentes em cidades do interior de Pernambuco**. Revista Controladoria e Gestão – RCG, v. 2, n. 2, p. 561-577, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/rcg/article/view/15658>>. Acesso em: 01 out. 2022.

VILHENA, B. **O Sucesso Financeiro de seus Filhos virá do Conhecimento**. Set. 2019. Disponível em: <<http://dinheirama.com/blog/2011/09/27/o-sucesso-financeiro-de-seusfilhos-vira-do-conhecimento/>> Acesso em: 10 mai. 2022.

ZANOTTO, Gerson. **A importância do orçamento organizacional como suporte ao controle gerencial**. Revista Ciência da Sabedoria (RCS – FaCiência), v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revista.faciencia.com.br/index.php/rcs/article/view/11>>. Acesso em: 01 out. 2022.